



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB
PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)
INSTITUTO DE HUMANIDADES-IH
CURSO BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES (BHU)**

ANTONIO GERBSON XAVIER FREITAS

**AS PRÁTICAS CORPORAIS E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:
AS AÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE APOIO A INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA DE ITAPIÚNA-CEARÁ**

**ACARAPE
2019**

ANTONIO GERBSON XAVIER FREITAS

As Práticas Corporais e a Inclusão de Pessoas com Deficiência: as ações da Associação de Apoio a Inclusão Social de Pessoas com Deficiência de Itapiúna-Ceará

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Jon Anderson Machado Cavalcante

ACARAPE
2019

ANTONIO GERBSON XAVIER FREITAS

AS PRÁTICAS CORPORAIS E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA: AS AÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE APOIO A INCLUSÃO
SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE ITAPIÚNA-CEARÁ

Projeto de Pesquisa apresentado à
Banca Examinadora da Universidade
da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, para
obtenção do grau de Bacharel em
Humanidades.

Aprovado em: 29 / 03 / 2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Jon Anderson Machado Cavalcante (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Prof. Dr. Carolina Maria Costa Bernardo
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Prof. Dr. José Maclécio de Sousa
Prof. Dr. Rede Pública Municipal de Educação de Fortaleza-Ceará

Resumo

A inclusão social é um grande desafio que precisa ser enfrentado pela sociedade. Nosso projeto buscará analisar as práticas corporais como possibilidade de inclusão social de pessoas com deficiências participantes das ações desenvolvidas pela Associação De Apoio a Inclusão Social de Pessoas com Deficiência de Itapiúna - Ceará. Essa pesquisa irá proporcionar um melhor entendimento sobre essa realidade dentro desta localidade. Para esse trabalho as práticas corporais serão entendidas a partir de um olhar interdisciplinar, a discussão sobre a inclusão de pessoas com deficiência terá uma visão histórico para tentar entender a realidade atual desses indivíduos. Usaremos a pesquisa qualitativa, porque avaliamos que essa modalidade metodológica se enquadra perfeitamente aos objetivos pretendidos em nosso projeto. Desse modo, usaremos a pesquisa narrativa como delineamento metodológico, a entrevista será usada como instrumento de coleta de dados.

Palavras-chaves: Práticas corporais; Pessoas com deficiência; Inclusão.

SUMÁRIO

1. PROBLEMÁTICA	5
2. OBJETIVOS.....	9
2.1 Geral.....	9
2.2 Específicos	9
3. JUSTIFICATIVA.....	10
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
4.1 Pessoas com deficiência.....	14
4.2 Inclusão social	17
4.3 Práticas corporais.....	20
5. METODOLOGIA	23
5.1 Abordagem e delineamento de pesquisa	23
5.2 Procedimentos de pesquisa.....	24
5.3 Cuidados éticos na pesquisa.....	26
6. REFERÊNCIAS.....	28

1. PROBLEMÁTICA

O nosso projeto abordará a temática das práticas corporais como possibilidade de inclusão social de pessoas com deficiência em uma cidade do interior do Ceará, fazendo uma discussão interdisciplinar de modo a entender o termo práticas corporais, a realidade das pessoas com deficiência no seu contexto histórico e a inclusão social.

Em 2007, a CORDE (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência) na apresentação de um documento onde o Brasil acolheu a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, afirmou que:

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU em 13 de dezembro de 2006, em reunião da Assembleia Geral para comemorar o Dia Internacional dos Direitos Humanos, é um marco para muitos militantes da justiça e equidade sociais e para seu público destinatário. Em 1981, o Ano Internacional da Pessoa Deficiente também representou um divisor de águas, fazendo o Brasil avançar muito no atendimento às pessoas com deficiência, no modelo de integração, vigente naquele período. Com o tema elevado à categoria de tratado do direito internacional, a Convenção surgiu para promover, defender e garantir condições de vida com dignidade e a emancipação dos cidadãos e cidadãs do mundo que apresentam alguma deficiência (BRASIL, 2007, p.8).

Desse modo, quando esse tema foi elevado a um tratado internacional foi uma grande vitória para todas as pessoas com deficiências não só do Brasil, mas de todo o mundo. Percebemos com isso que essas pessoas de certa maneira não tinham seus direitos amplamente definidos e nem um papel de destaque na sociedade durante parte desse período.

A Cartilha do Censo 2010-Pessoas com Deficiência (2012) traz os dados do censo demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) onde demonstra que levando em consideração as pessoas que moram no Brasil, cerca de 23,9% possuem algum tipo de deficiência investigada: visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. Vendo esses números percebemos que é preciso um grande investimento em políticas públicas que beneficie todas essas.

Nesse trabalho, portanto, abordaremos a temática da inclusão de pessoas com deficiência na cidade de Itapiúna, focalizando em responder em que medida as práticas corporais possibilitam a inclusão social de pessoas com deficiência

a partir das ações desenvolvidas pela Associação De Apoio a Inclusão Social de Pessoas com Deficientes de Itapiúna. Esse tema ganha mais importância pelo fato de possuir parentes com deficiência e ver suas dificuldades de interagir e integrar a sociedade, foi isso que me impulsionou a estudar sobre essa problemática.

Diante disso, para um melhor entendimento da problemática do projeto faz-se necessário definir quem são pessoas com deficiência. Em 25 de Agosto de 2009, foi sancionado o Decreto N° 6949 que Promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, onde definiu em seu artigo 1º que:

[...] As pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, com interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2009, p.4).

Promover e assegurar os direitos fundamentais das pessoas com deficiência levando em conta sua capacidade e sua liberdade de escolha são imprescindíveis para sua coletividade.

Assim, vemos a resolução desse problema como um grande passo para o avanço da coletividade e do bem-estar da nossa sociedade, tanto para as pessoas com deficiência quanto para as que não tem. Braga e Schumacher (2013) trazem uma visão bem apurada disso quando citam Honneth (2006) onde ele fala que:

A justiça ou bem-estar da sociedade devem ser proporcionais à sua capacidade de assegurar as condições de reconhecimento mútuo em que a formação da identidade pessoal e, por consequência, a autorrealização individual podem desenvolver-se de maneira adequada (HONNETH, 2006, p.136 apud BRAGA; SCHUMACHER, 2013, p.382).

Devemos construir uma sociedade que crie oportunidades iguais para que cada pessoa construa sua autonomia e com isso possam desenvolver suas atividades cotidianas sem qualquer forma de exclusão.

Para ilustrar essa realidade, a Cartilha do Censo 2010-Pessoas com Deficiência (2012) mostra que no Ceará existe mais de Dois Milhões de pessoas com algum tipo de deficiência e isso representa cerca de 27,69% da população cearense residente no Estado. Vendo esses números percebemos que está próximo ao total encontrado no país.

A associação em que a pesquisa será realizada está localizada na região do Maciço de Baturité, especificamente na cidade de Itapiúna que fica a cerca de 120 quilômetros de distância da capital Fortaleza, com uma população de 18.626 habitantes segundo o Censo 2010 realizado pelo IBGE.

Buscamos em outubro de 2018 através de um levantamento preliminar ao campo, informações a respeito da associação a ser estudada que possibilitassem uma visão melhor do contexto das pessoas que frequentam a mesma. Com isso entramos em contato com uma das coordenadoras do projeto que de imediato nos atendeu.

Segundo ela, no último levantamento da Assistência Social de Itapiúna do ano de 2018 existiam cerca 360 pessoas com deficiência no município, isso significa menos de 2% da população. No entanto, esses dados podem não retratar plenamente a realidade local pelo fato de conter somente aquelas que são atendidas diretamente pela Assistência Social.

Em conversa com a coordenadora, percebe-se que a Associação não possui prédio próprio, as reuniões são feitas nas residências dos associados, as atividades são exercidas nos espaços públicos (praças, ruas, parques, escolas do município, centros comunitários, postos de saúde) e privados quando cedidos por empresários da cidade. Ela possui 50 associados com deficiência, dentre esses/as existem vários tipos e graus de impedimentos de natureza física, intelectual e sensorial. A mesma oferece atendimento educacional especializado, atendimento clínico e executa atividades corporais (basquete, caratê, dança, futebol), sociais (visita e orientação familiar, palestra, passeatas) e culturais (quadrilhas juninas, teatros, festas tradicionais) voltadas a inclusão social da pessoa com deficiência.

Nesse projeto vamos focar nas práticas corporais que a associação traz como possibilidade de inserção das pessoas com deficiência e buscaremos também entender quais sentimentos são atribuídos à participação nessas atividades e como elas proporcionam mudanças na vida de seus praticantes. As práticas corporais podem ser percebidas como um meio de contribuição tanto na inclusão social quanto na melhoria da qualidade de vida de cada participante.

A noção de práticas corporais é bem contemporânea e usada em várias perspectivas e áreas de estudo:

Pode-se afirmar que o termo práticas corporais vem sendo operado por vários campos do conhecimento, sendo a Educação Física o que o utiliza com maior frequência. Nos campos da Educação, Antropologia, Sociologia, Psicologia, História e Saúde seu uso também é, relativamente, frequente, ainda que com diferentes significados e sentidos. (SILVA et al.,2009, p.17)

Com isso percebemos a interdisciplinaridade dessa categoria teórica, e também vemos que ela não possui um conceito restrito e sim um arcabouço de aspectos definidores.

Assim, a ideia de 'práticas corporais' será utilizada como possibilidade de inclusão social não somente enquanto modalidades de atividade esportiva ou algo que nos leve a pensar somente na dimensão física do corpo, buscaremos a percepção da junção das perspectivas e manifestações corporais de expressão social, cultural e mental através das atividades desenvolvidas pela associação.

As pessoas com deficiência muitas vezes são levadas a pensar que não são capazes de realizar certas atividades, entretanto, as práticas corporais aparecem de forma a minimizar e até superar esse entendimento quando fortalece a estima de seus participantes e leva ao entendimento que ele/as tem sim capacidades de realização de tarefas que antes eram consideradas, por muitos, impossíveis.

Analisar a inclusão de pessoas com deficiências é um dos objetivos desse projeto, mostrando como as atividades corporais desenvolvidas pela associação podem trazer benefícios para seus participantes e associados. Com isso, levar ao leitor/a desse projeto uma percepção mais ampla do assunto e por consequência repassar e até replicar o trabalho desenvolvido pela associação nessa área.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

Analisar as práticas corporais como possibilidade de inclusão social de pessoas com deficiência participantes das ações desenvolvidas pela Associação De Apoio a Inclusão Social De Pessoas Com Deficiência De Itapiúna.

2.2 Específicos

- Descrever as práticas corporais desenvolvidas pela Associação dos Deficientes de Itapiúna.
- Identificar os afetos vividos nessas práticas corporais pelos seus participantes.
- Conhecer as percepções desses/as participantes sobre mudanças na sua vida a partir dessas práticas corporais.

3. JUSTIFICATIVA

A questão e a discussão da inclusão social de pessoas com deficiência na nossa sociedade atual vêm se tornando algo essencial para que, de uma vez por todas, deixemos de lado todo o preconceito e a discriminação, que só trazem exclusão e não levam em conta o outro.

É de suma relevância ressaltar que hoje pessoas com deficiência têm seus direitos garantidos pela Constituição Brasileira. Dentre eles estão, direito a educação, direito ao esporte, direito ao lazer, cuidados com a saúde, proibição a discriminação e vários outros direitos conquistados ao longo do tempo.

Como motivação pessoal, essa pesquisa se torna mais importante pelo fato de ter três tias e um tio surdos com quem convivo desde criança, eles me inspiraram a escolher essa temática tão relevante para nossa sociedade.

Nunca esqueço de uma história que minha querida e falecida avó contava a respeito do meu tio, ela dizia que ele chorava muito por conta de sua deficiência auditiva e por conta de não poder estudar, quando via as crianças correndo, brincando e gritando se sentia excluído por elas que nunca lhe chamavam para brincar, isso lhe deixava muito magoado, ele corria e se escondia de todo mundo em busca de entender o porquê que tinha nascido com aquela deficiência e porque as crianças nunca lhe chamavam para brincar com elas. Minha avó falou que na década de 70 ela sofreu pois não havia qualquer interesse da sociedade pelo tema da inclusão social e nem havia projetos voltados para essa temática naquela época.

Sobre esses aspectos, o brincar é algo essencial na vida de uma criança como mostra Rolim et al. (2008):

A brincadeira revela-se como um instrumento de extrema relevância para o desenvolvimento da criança. Sendo uma atividade normal da fase infantil, merece atenção e envolvimento. A infância é uma fase que marca a vida do indivíduo e o brincar nunca deve ser deixado de lado, mas, pelo contrário, deve ser estimulado, já que é responsável pelo auxílio nas evoluções psíquicas. (ROLIM et al.,2008, p.180)

Para ele como criança o brincar seria bem significativo pela questão da sua interação com outras crianças e ajudaria na sua socialização de modo a ser aceito por todos que ali brincavam.

Essa história familiar ainda me inquieta, quando tento entender o que meus tios e minha avó vivenciaram em uma época que a sociedade não se preocupava e nem falava em inclusão social. Percebo o sofrimento e as humilhações que eles passaram em busca de direitos básicos como a educação já que na época não havia uma educação voltada para essa parcela da população.

Identificar as emoções e percepções sentidas pelos/as participantes da associação durante e depois das atividades corporais desenvolvidas é um dos focos principais do nosso projeto. Assim, entender esses afetos é algo imprescindível para percebermos até que medida essas práticas ajudam na socialização das pessoas com deficiência.

Deste modo, reparamos o desafio que temos que enfrentar, “A grande dificuldade da inclusão está no fato de que nossa sociedade, em seus sistemas sociais, não se organiza para incluir, dificultando desta forma, que as pessoas deficientes possam assumir seus papéis na sociedade” (PIRES, 2008, p. 48 apud BOAVENTURA et al.,2009).

Notamos que uma das grandes dificuldades para a inclusão está no modelo socioeconômico que vivemos, onde visa-se somente o lucro. Por causa disso muitas vezes a pessoa com deficiência tem muita dificuldade de entrar no mercado de trabalho, pois os patrões pensam que elas não são capazes de exercer o trabalho de forma a garantir um grande lucro para eles, quebrar esse pensamento seria um grande passo na busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

A escolha da associação se deu pelo fato de ser na nossa cidade e de conhecermos a maioria dos associados e organizadores do projeto. Além disso, já participamos de vários eventos propostos pela associação como convidado, com o intuito de ajudar e mostrar a sociedade itapiúnense o significativo tema da inclusão social de pessoas com deficiência a partir de práticas corporais.

Em um desses eventos participamos de uma grande marcha na Semana da Pessoa com Deficiência em Itapiúna, saímos nas ruas com cartazes e faixas convocando as pessoas da cidade para juntos lutarmos pela inclusão social dessas pessoas.

Mesmo com toda a dificuldade enfrentada pela associação para desenvolver suas ações até mesmo sem um prédio próprio, eles sempre estão

em busca de melhorias para seus associados buscando parcerias com o poder público e com a própria sociedade.

Quando falamos em inclusão de pessoas com deficiência é notória a relevância social que o assunto traz, quando discutimos essa temática e trazemos as práticas corporais como possibilidade de ruptura desse problema é algo que se destaca ainda mais em meio a sociedade. Trazer esse tema para dentro da Universidade se faz necessário, pois a expansão do debate ajudaria a entender melhor o problema e assim buscar políticas públicas que atendessem a essa população.

Quando trazemos a noção de práticas corporais como possibilidade de inclusão social em nosso projeto, percebemos a relevância acadêmica em torno desse tema, pois esse termo é bastante usado no âmbito acadêmico de formas variadas ainda não definitivamente conceitual como diz Silva et al. (2009):

Apesar de uma dispersão conceitual, a frequência crescente com que vem aparecendo na literatura acadêmica denota que práticas corporais é uma expressão que foi acolhida, especialmente pela Educação Física, e vem sendo cada vez mais utilizada nas produções desse campo. Assim, identificou-se que o termo práticas corporais já se constitui com potencialidade para ser estruturado como conceito, necessitando de certo nível de consenso, ainda que provisório, dentre a comunidade acadêmica (SILVA et al., 2009, p. 18-19)

Nesse sentido, percebemos que os estudos sobre as práticas corporais estão muito ligados à proposta do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, pois, ambos apontam para a necessidade de pesquisas pautadas na interdisciplinaridade.

O nosso curso de Bacharelado em Humanidades nasceu da compreensão de uma necessária e relevante superação de modelos fragmentados de formação acadêmica, com o horizonte de fortalecimento de pesquisas sociais, que, possam contribuir na consolidação da noção de práticas corporais. Em seu PPC (Projeto pedagógico curricular), o curso traz em seus eixos principais a importância de estudar e debater temas.

Eixo 2: Metodologias e pesquisa interdisciplinar em humanidades: este eixo tem como caráter fundamental-se em pensamentos de fronteira nas teorias e práticas de pesquisa. O eixo contempla o debate sobre a construção do saber científico, colocando em evidência o aparecimento, a evolução e os diálogos possíveis entre os diferentes campos disciplinares das Humanidades, de modo a explorar as múltiplas articulações dos mesmos na esteira de formação de um pensamento complexo e interdisciplinar. Debate-se a necessidade de produção de conhecimento com relevância e compromisso social,

contemplando a tensão dialética e criativa existente entre conhecimento global e local, objetivo e subjetivo, científico e popular (PPC BHU, 2016, p. 21).

Vemos com isso a interdisciplinaridade da nossa temática como pertinente para a produção acadêmica em Ciências Humanas, assim, nosso trabalho será realizado com vistas às diretrizes de nosso curso, buscando discutir nosso problema de pesquisa de forma mais ampla.

As práticas corporais que buscaremos descrever em nossa pesquisa nos ajudarão a ter uma visão melhor de como essas atividades estão sendo utilizadas e desenvolvidas na associação e de que modo proporcionam benefícios e inclusão a seus praticantes.

Nosso projeto, portanto, trará uma maior visibilidade às pessoas com deficiência integrantes da associação e às suas experiências. A efetivação desse estudo colocará esses moradores de Itapiúna-CE no centro da discussão social do nosso município, contribuindo na busca de políticas públicas efetivas voltadas para essa população.

Por fim, ao procurarmos conhecer essas práticas desenvolvidas pela associação será possível percebermos quais são as atividades e como os sujeitos se apropriam delas. Isso vai ser importante para o segundo passo de identificar os afetos vividos pelos participantes, a pertinência disso se dá pelo fato de perceber de que maneira as práticas corporais mobilizam emocionalmente essas pessoas, como elas se sentem durante sua realização, quais sentimentos surgem ali. E a partir disso, conhecer as percepções dos/as praticantes dessas atividades sobre possíveis mudanças na sua vida cotidiana, para com isso entender não só a partir do nosso ponto de vista, mas sim baseado no olhar e na narrativa dos próprios indivíduos que interagem e vivenciam as práticas corporais percebendo como eles se veem e se percebem na sociedade.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Buscamos o embasamento teórico do nosso projeto através de alguns estudos nas áreas das práticas corporais e da inclusão social de pessoas com deficiência. Tentando entender como as práticas corporais estão sendo usadas de forma a contribuir na melhoria de vida e na socialização de pessoas com deficiência.

4.1 Pessoas com Deficiência

As pessoas com deficiência tiveram uma trajetória de vida ao longo do tempo marcada pela discriminação e exclusão social, para entendermos um pouco como o deficiente era tratado na antiguidade Guedes (2012, p.86) relata, “era abandonada ao relento, vivia a margem da sociedade até a morte ou era simplesmente exterminada”.

Isso é algo que nos leva a pensar nas dificuldades vividas por essas pessoas nesse período e como elas foram negligenciadas por conta das suas deficiências.

Nesse mesmo sentido, na era pré-cristã “os deficientes eram abandonados, perseguidos e eliminados devido às suas condições atípicas, e a sociedade legitimava essas ações como sendo normais” (MIRANDA, 2004, p.2).

Diante desse aspecto, observamos como o deficiente era tratado de maneira cruel e até desumana nesse período, algo difícil de ser pensado nos dias atuais.

Ao longo do tempo esse pensamento passou por mudanças, mas continuou a mesma concepção questionadora da dignidade das pessoas com deficiência e de suas possibilidades de vida em sociedade, “ As pessoas com deficiência na Idade Média não eram mais absolutamente exterminadas, no entanto, a população encarava como castigo de Deus o nascimento delas, acreditando que pudessem ser bruxos” (GUEDES, 2012,p. 86).

O grau de negação das pessoas com deficiência em certas sociedades é algo que nos faz refletir até que ponto isso ainda é presente em nosso meio social e como essa questão do castigo dividido se perpetua nas narrativas das pessoas. Miranda destaca que:

Num outro estágio, nos séculos XVIII e meados do século XIX, encontra-se a fase de institucionalização, em que os indivíduos que apresentavam deficiência eram segregados e protegidos em instituições residenciais. O terceiro estágio é marcado, já no final do século XIX e meados do século XX, pelo desenvolvimento de escolas e/ou classes especiais em escolas públicas, visando oferecer à pessoa deficiente uma educação à parte. No quarto estágio, no final do século XX, por volta da década de 70, observa-se um movimento de integração social dos indivíduos que apresentavam deficiência, cujo objetivo era integrá-los em ambientes escolares, o mais próximo possível daqueles oferecidos à pessoa normal. (MIRANDA,2004, p.2)

Com isso percebemos uma mudança de mentalidade das sociedades, dando uma maior visibilidade ao debate da inclusão social. Mesmo com essa mudança de pensamento vemos que a discriminação ainda está enraizada nos pensamentos dos indivíduos que se dizem normais.

Após a Segunda Guerra Mundial as pessoas com deficiência tiveram uma maior visibilidade, como diz Guedes (2012, p.87):

Esse foi um grande marco de ascensão para essas pessoas, principalmente aquelas com deficiência física, já que a guerra mutilou milhares delas, obrigando muitos países a criarem alternativas que pudessem minimizar seus prejuízos econômicos em função da incapacidade física de muitos indivíduos em relação ao desempenho de funções ligadas ao trabalho e à produtividade.

Nesse contexto, reparamos como o capitalismo age de forma a visar somente o lucro e esquece o ser humano que só quer seus direitos respeitados.

Em 1945 após a guerra foi constituída a Organização das Nações Unidas (ONU), com o intuito de trabalhar pela paz mundial. Nesse sentido Dicher e Trevisam (2015, p.16) falam que:

Com o intuito de reforçar a Carta das Nações Unidas, em 1948 é criada a Declaração dos Direitos Humanos que em seu artigo 25 fala da pessoa com deficiência expressamente, denominada nesse período de “inválida”. Artigo XXV. 1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança, em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora do seu controle.

Mesmo com seus direitos garantidos por lei, a pessoas com deficiência tem uma grande dificuldade de acessá-las quando necessário. Observamos muito isso em nosso cotidiano, como por exemplo, quando uma criança surda

chega em uma escola para se matricular e a escola rejeita pelo fato de não possuir professores capacitados para atendê-la.

O Relatório de Atividades da Comissão Nacional (1981) diz que em 16 de dezembro de 1976, a Assembleia Geral das Nações Unidas, pela resolução 31/123, proclamou, oficialmente, o ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes e estabeleceu seus objetivos principais:

1. Ajudar os deficientes no seu ajustamento físico e psicossocial na sociedade;
2. Promover todos os esforços, nacionais e internacionais, para proporcionar aos deficientes assistência adequada, treinamento, cuidadosa orientação, oportunidades para trabalho compatível e assegurar a sua plena integração na sociedade;
3. Estimular projetos de estudo e pesquisa, visando a participação prática e efetiva de deficientes nas atividades da vida diária, melhorando as condições de acesso aos edifícios públicos e sistemas de transportes;
4. Educar e informar o público sobre o direito das pessoas deficientes de participarem e contribuírem nos vários aspectos da vida econômica, social e política;
5. Promover medidas eficazes para a prevenção de deficiências e para a reabilitação das pessoas deficientes (BRASIL, 1981, p.2).

Percebemos com isso uma grande vitória para as pessoas que lutaram por essa causa nesse período, pois esses objetivos formam a base para busca da inclusão que tanto essas pessoas almejam.

Guedes (2012) fala que ao longo do tempo o termo destinado a essa parcela da população causou grandes debates, pelo fato de alguns utilizar sentidos pejorativos e até ofensivos. Conforme o autor, “inválidos”, “indivíduos com capacidade residual”, “portadoras de necessidades especiais”, essas foram algumas nomenclaturas que foram destinadas a essas pessoas.

Na Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência, ficou decidido que o termo correto utilizado seria “pessoas com deficiência”. Foram sete os motivos para chegar a essa expressão “pessoas com deficiência”, entre eles: não esconder ou camuflar a deficiência, mostrar com dignidade a realidade e valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência. (GUEDES, 2012, p.88)

A partir dessa definição, a pessoa com deficiência se coloca como um indivíduo capaz de exercer autonomamente sua vida, ao deixar de esconder sua deficiência o indivíduo se empodera perante uma sociedade discriminatória.

Buscamos com esse pequeno panorama histórico demonstrar e entender a realidade vivida pelas pessoas com deficiência no decorrer da história, isso foi

só um pequeno retrato do que essas pessoas passaram ao longo dos anos e como a exclusão delas são um grande problema a ser superado. A Associação como resultado dessa construção histórica busca através das práticas corporais uma possibilidade de inclusão social concreta para seus participantes.

4.2 Inclusão Social

Nos dias atuais muito se fala em inclusão social, Lopes e Fabris (2013) em seu livro que tem como título *Inclusão e Educação* dizem que:

Os discursos sobre a inclusão geram efeitos de verdade distintos nos sujeitos. Portanto, para analisar a inclusão não basta mapear o presente a partir de coleta de políticas, leis, regulamentos, histórias de vida, testemunhos, estatísticas, etc. É condição para entender a sua emergência focar acontecimentos passados, buscando estabelecer, sempre de forma arriscada e perigosa, relações entre acontecimentos aparentemente desconexos, mas que são capazes de nos fazer entender aquilo que nos tornamos, aquilo pelo que lutamos e aquilo que acreditamos no presente (LOPES; FABRIS, 2013, p. ???).

Segundo os autores para entendermos a inclusão devemos recorrer a acontecimentos passados de forma a perceber como esses eventos tem relação com o atual momento e como eles podem nos ajudar a entender a real conjuntura desse problema.

Se discute a respeito de inclusão social de forma a aplicá-la em vários seguimentos, mas pouco se sabe o que significa e como ela acontece. “Inclusão social tem como conceito ser um conjunto de ações que impedem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade” (AMARAL; BURITY, 2006 apud SANTOS; BONACHELA, 2015, p.1).

Nesse sentido vemos a inclusão social como algo que se combate à exclusão social, exclusão essa que as pessoas com deficiência viveram muito ao longo de sua história.

Faleiros (2006) tenta definir qual seria essa exclusão quando escreve:

A exclusão é um impedimento, uma barreira, uma fronteira elaborada socialmente em relações de poder, que dividem os grupos, de forma a estabelecer hiatos tanto nas condições objetivas de vida ou de meios de vida como na percepção de si mesmo como sujeito historicamente situado, numa sociedade e num determinado Estado em se que pactuam direitos e se compactuam com exclusões. (FALEIROS, 2006, p.3)

O autor tenta demonstrar que a exclusão são barreiras criadas através de relações de poder, desencadeando com isso divisões sociais que dificultam a criação de condições iguais de vida.

Mota (2007) em seu trabalho intitulado 'Envelhecimento e Inclusão Social: O Projeto Agente Experiente' relata que "A exclusão está presente nas mais variadas formas de relações: econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade. Por isso ela é social, porque a privação é coletiva" (MOTA, 2007, p.49). Com isso fica explícito que a exclusão está enraizada nas diversas áreas da sociedade, privando assim as pessoas de ter acesso a certas melhorias e serviços em sua vida.

Sobre esse cenário, para Mello (2016, p.3266) o 'capacitismo' se materializa "através de atitudes preconceituosas que hierarquizam sujeitos em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional. Com base no capacitismo discriminam-se pessoas com deficiência". Diante desse entendimento, a inclusão a partir das práticas corporais significa enfrentar esse pensamento discriminatório de forma a demonstrar que as pessoas com deficiência têm capacidades de realização e de engajamento em suas atividades de modo pleno.

Quando falamos em inclusão, falamos em ações que integrem a todos os indivíduos. As pessoas com deficiência possuem limitações físicas ou mentais que muitas vezes não as impedem de exercer qualquer atividade. No entanto, a sociedade cria vários estereótipos que definem a pessoa com deficiência como alguém incapaz de realizar suas tarefas.

A história das pessoas com deficiência é marcada por um longo período de exclusão social que devido as suas limitações eram colocados a parte de toda sociedade dita "normal" até tempos atrás. Esse processo de exclusão trouxe consigo implicações para a saúde física e mental dessas pessoas, além do que, todos os fatores que poderiam ser desenvolvidos pela interação com a sociedade ficaram limitados a ambientes segregados. Porém, após reflexões através dos tempos, depois de conferências, reuniões e declarações, atualmente se percebe uma crescente atenção a esta parcela da sociedade (AZEVEDO e BARROS, 2004 apud SILVA e RODRIGUES, 2009, p.1 - 2).

A partir do que foi dito, vemos que depois de vários períodos deixados à margem pela sociedade o que lhes trouxe muitos malefícios, as pessoas com

deficiência vêm ganhando espaço nas discussões atuais. A inclusão é, conseqüentemente, o importante contraponto a exclusão. Sendo assim:

A inclusão é a modificação da sociedade como pré-requisito para que pessoa com necessidades especiais possa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania, é um processo amplo, com transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com deficiência, para promover uma sociedade que aceite e valorize as diferenças individuais, aprenda a conviver dentro da diversidade humana, através da compreensão e da cooperação. A inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças (CORREA JUNIOR; PANDA; PERANZONI, 2012, p.3).

Como bem foi posto pelos autores, em uma sociedade marcada por enormes desigualdades sociais e econômicas a inclusão vem como requisito fundamental para transformação desse cenário.

A inclusão social vem como forma de dar um alento aos efeitos graves da nefasta exclusão social e da negação de direitos que as pessoas deficientes sofreram por longos períodos. Logo, a diminuição das desigualdades é algo a ser buscado para que os direitos se efetivem. Neste mesmo caminho Lopes e Fabris (2013) escrevem:

De uma forma crescente a inclusão tem sido potencializada visando, entre outras conquistas, minimizar os prejuízos e as inúmeras exclusões geradas pelas práticas que exploraram e discriminaram segmentos da população ao longo da história. Tais práticas abarcam todos aqueles que sofreram, em distintos tempos e espaços, discriminação negativa, ou seja, todos aqueles que ao serem discriminados, não foram devidamente contemplados e escutados do lugar onde enunciam suas verdades e suas necessidades (LOPES; FABRIS, 2013).

Quando percebemos nos dias atuais essa maior visibilidade das pessoas com deficiência no âmbito da inclusão social, isso se deve também a grandes embates e discussões em busca de políticas voltadas para essa parcela da população.

Uma vitória em meio a grandes debates sociais foi o direito das crianças com deficiência de ter acesso a uma escola e que sua permanência seja garantida. O Censo Escolar de 2018 traz um pouco sobre a realidade da educação inclusiva no país durante os últimos anos:

o número de matrículas da educação especial chegou a 1,2 milhão em 2018, um aumento de 33,2% em relação a 2014. Considerando apenas os alunos de 4 a 17 anos da educação especial, verifica-se que o percentual de matrículas de alunos incluídos em classe comum

também vem aumentando gradativamente, passando de 87,1% em 2014 para 92,1% em 2018 (p. 04)

Esses números demonstram bem como as pessoas com deficiência precisam cada vez mais de ações voltadas para sua inclusão. Quando olhamos os dados referentes a infraestrutura de escolas apropriadas para esse público é bastante preocupante, no que se refere às escolas de ensino fundamental, em 2018 aproximadamente 31,2% possuíam suas dependências e vias adequadas a esses estudantes. Se compararmos com o Censo Escolar de 2016, em que constava 25,8%, identificamos um avanço, mas ao analisarmos esses dados vemos que ainda estamos longe de ter uma escola cem por cento inclusiva o que é o desejo de todos/as.

A realidade dos/as participantes da associação é melhor entendida quando vemos esses números que o Censo Escolar nos traz, pois se nem os centros educacionais estão adaptados para receber pessoas com deficiência em suas instalações, o que pensar do dia a dia desta parcela da população nos espaços urbanos.

4.3 Práticas Corporais

Hoje as práticas corporais vêm tornando-se um fator importante para a inclusão de pessoas com deficiências, onde vários estudos demonstram os seus elevados benefícios. Ari Lazzarotti Filho et al (2010) a partir de um levantamento acadêmico no campo das práticas corporais, analisou e percebeu uma variedade de termos e conceitos utilizados com diferentes sentidos, mas, ao final, também identificou pontos comuns:

De maneira geral, nota-se que o termo “práticas corporais” vem aparecendo na maioria dos textos como uma expressão que indica diferentes formas de atividade corporal ou de manifestações culturais, tais como: atividades motoras, de lazer, ginástica, esporte, artes, recreação, exercícios, dietas, cirurgias cosméticas, dança, jogos, lutas, capoeira e circo (LAZZAROTTI et al, 2010,p.24).

Desta forma vemos que o termo está sendo usado para indicar desde atividades esportivas, lúdicas até artístico-culturais, envolvendo expressões, gestos e interações sociais. Silva et al. (2009, p. 20) nos faz perceber que “entendem-se práticas corporais como fenômenos que se mostram,

prioritariamente, em âmbito corporal e que se constituem como manifestações culturais [...] compostas por técnicas corporais e é uma forma de linguagem”.

Nessa linha de pensamento Antunes e Schneid (2009, p.127) “Entende-se as práticas corporais também como momento de celebrar o encontro, de possibilidade de sociabilização humana”. O autor com isso quer demonstrar que a atividade corporal é algo que mexe muito além do corpo, mexe com sentimentos e emoções.

Ao vermos um pouco o que o termo acolhe em suas distintas definições, vamos perceber a importância das atividades ofertadas pela Associação no cotidiano das pessoas com deficiência em convergência com estudos que demonstram seus benefícios tanto na saúde física e mental, na socialização, na inclusão, nos afetos e vivências.

As pessoas com deficiências estão procurando as atividades corporais não somente para sua melhoria física, mas também para seu bem-estar emocional e social através dos afetos vividos na interação no decorrer da prática com outros indivíduos que se encontram no mesmo contexto ou não.

Segundo Antunes e Schneid (2009), na busca por interagir com pessoas novas e de se identificar em um grupo social, muitas pessoas vivenciam práticas corporais. Nesse ponto, para a pessoa com deficiência a socialização pode significar algo a mais, ao se reconhecer dentro de um grupo ela cria sua própria identidade, é pertencer ao mundo, algo que muitas vezes lhes é negado.

Para Azevedo e Barros (2004) a prática de atividades inclusivas são todas aquelas que busca fortalecer e aumentar as capacidades dos seus praticantes considerando seus limites. A pessoa com deficiência tem suas limitações que podem ser trabalhadas de forma a minimizar as consequências por elas impostas.

Vamos observar em nosso projeto além dos afetos vivenciados nas práticas corporais realizadas pela associação, as mudanças que foram percebidas pelos/as participantes no seu cotidiano de modo a compreender até que ponto essas atividades ajudaram na sua inclusão social.

Para Martins e Rabelo (2008, p.3):

A prática de atividades motoras permite ao portador de deficiência física testar suas potencialidades, ampliar suas respostas motrizes, prevenir deficiências secundárias, manter e melhorar as condições fisiológicas e, conseqüentemente, a autoestima, autoimagem e a integração total do indivíduo.

Diante disso, as práticas corporais podem trazer muitos benefícios para a pessoa com deficiência, ela pode ajudar no desenvolvimento do corpo e da mente de seus praticantes de forma a possibilitar uma independência que até certo modo ajuda na inclusão no meio social.

O psicólogo e professor de Educação Física Esteban Levin em uma entrevista dada a revista “Nova Escola” em 2005 diz que:

O corpo e os gestos são fundamentais para a formação geral do ser humano. Desde que nasce, a criança usa a linguagem corporal para conhecer a si mesma, para relacionar-se com seus pais, para movimentar-se e descobrir o mundo. Essas descobertas feitas com o corpo deixam marcas, são aprendizados efetivos, incorporados. Na verdade, são tesouros que guardamos e usamos como referência quando precisamos ser criativos em nossa profissão e resolver problemas cotidianos. Os movimentos são saberes que adquirimos sem saber, mas que também ficam à nossa disposição para serem colocados em uso (p.1-2).

Dito isto, o corpo e seus movimentos são essenciais para a vida do ser humano, com ele você aprende, se relaciona, se emociona, se comunica.

Vemos com esse contexto como as atividades corporais podem ser usadas de forma a melhorar a vida da pessoa com deficiência, ela pode ajudar na melhoria da saúde física e mental, também na socialização e interação, e com isso na inclusão. Com isso tentaremos perceber até que medida as práticas corporais possibilitam a inclusão das pessoas com deficiência da associação.

5. METODOLOGIA

5.1 Abordagem e Delineamento de Pesquisa

O projeto será realizado a partir de uma abordagem qualitativa, pois, acreditamos que essa nos possibilitará alcançar os objetivos aqui apresentados. Para a autora Guerra (2014, p.11) “Na abordagem qualitativa, o cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social (...)”.

Segundo essa definição, percebemos a relação dessa abordagem de pesquisa com os objetivos específicos que pretendemos atingir. Para Guerra (2014) essa metodologia não prioriza a quantificação nos objetivos do estudo, mas está interessada nas percepções dos indivíduos participantes. Isso é o que buscamos no nosso trabalho, conhecer o que os indivíduos estão pensando e sentindo a partir das atividades que praticam.

Para Godoy (1995) a pesquisa qualitativa se caracteriza por alguns aspectos: “A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental” (p.62); “A pesquisa qualitativa é descritiva” (p.62); “O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são a preocupação essencial do investigador” (p.63); “Pesquisadores utilizam o enfoque indutivo na análise de seus dados” (p.63).

Olhando para essas características vemos que se encaixam muito bem com nossos objetivos, primeiramente pela pesquisa acontecer no ambiente que os participantes estão inseridos e segundo pela forma de dar uma importância às narrativas dos indivíduos envolvidos na investigação, deste modo conseguiremos identificar os afetos vividos e as percepções de mudanças na vida do indivíduo a partir dos relatos.

No delineamento metodológico usaremos um estudo narrativo como estratégia investigativa. Para Sahagoff (2015, p.1) “A pesquisa narrativa deve ser entendida como uma forma de compreender a experiência humana. Trata-se de um estudo de histórias vividas e contadas”.

Nesse sentido, os relatos dos/as participantes nos ajudarão a entender através de suas próprias vivências os afetos vividos nas práticas corporais que elas/es participam.

Para tentar caracterizar e objetivar a pesquisa narrativa Sahagoff (2015, p.2) escreve que “o objeto de estudo da pesquisa narrativa são as histórias narradas. As pessoas precisam ser entendidas como indivíduos, que estão sempre em interação e sempre inseridas em um contexto social”.

Com isso vemos que esse delineamento nos permite uma ampla visão e uma melhor compreensão acerca dos indivíduos a serem pesquisados de modo que a entrevista será nossa principal ferramenta de produção de informação.

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. (GIL, 2008, p.109)

Nessa interação com o/a participante através da entrevista, conseguiremos identificar os afetos vividos nas atividades e as percepções dos participantes acerca de mudanças na sua vida cotidiana a partir das práticas corporais vividas nas atividades da associação. De modo complementar, utilizaremos a observação participante para fortalecer a possibilidade dessa construção de narrativas.

5.2 Procedimentos de Pesquisa

Os/as participantes das entrevistas desta pesquisa **serão três homens e três mulheres** moradores/as que participam da Associação de Apoio a Inclusão Social de Pessoas com Deficiência de Itapiúna, pretendemos buscar indivíduos que apresentem diferentes deficiências, que estejam participando de no mínimo duas atividades distintas e que estejam nessas práticas ao menos há seis meses. A escolha por sujeitos com diferentes deficiências, baseia-se na concepção da diversidade desse grupo social e no entendimento de todas as amplas vertentes de suas experiências. A opção por duas atividades se pauta em trazer as particularidades das diversas modalidades, manifestações e linguagens das práticas corporais, e o fato que estejam ao menos seis meses é para que haja um tempo para a avaliação de possíveis mudanças em suas vidas.

Assim, primeiramente pretendemos apresentar nosso projeto aos coordenadores da associação visando explicar do que se trata e o que pretendemos alcançar, com o intuito de formarmos uma parceria. Ao se tratar de

para pessoas com deficiências pediremos a permissão aos responsáveis dos/as associados/as através de termos de consentimento, além da autorização do/a participante em si, para que possamos fazer nossa pesquisa com de modo mais transparente possível.

Buscaremos através de uma observação participante uma primeira forma de aproximação com o cotidiano dos futuros participantes da pesquisa e, desse modo, dar conta mais plenamente do nosso primeiro objetivo específico que é descrever as práticas desenvolvidas pela associação. Além disso ela também nos ajudará a abordar parcialmente o segundo objetivo: Identificar os afetos vividos nessas práticas corporais pelos seus participantes.

A observação participante, ou observação ativa, consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo. (GIL, 2008, p.103)

Ao participarmos das práticas desenvolvidas pela associação junto com os/as associados/as, nos permitirá uma maior interação e com isso criar vínculos que possibilitem um maior entendimento sobre a proposta da pesquisa e posteriormente uma maior abertura de informações no decorrer do estudo.

A entrevista, na perspectiva narrativa, em seguida, tentará alcançar amplamente nossos outros dois objetivos: identificar os afetos vividos e as percepções de mudanças na vida das pessoas com deficiência a partir das práticas corporais, a partir das seguintes perguntas:

- Conte como se deu a sua chegada nas atividades ofertadas pela associação;

Essa pergunta nos ajudará a dar conta do objetivo de descrever as práticas corporais, porque quando a pessoa narrar quando ela chegou isso já vai mostrar as atividades que ela esteve.

- Conte para mim alguma experiência que lhe marcou no decorrer das atividades;

Com essa pergunta daremos conta do objetivo de identificar os afetos vividos, pois quando o participante começar a falar de suas experiências, vai aparecer na narrativa os afetos que lhe mobilizaram na vivência daquela prática corporal.

- Diante de tudo que viveu a partir dessas práticas, nos conte sobre mudanças na sua vida cotidiana percebida por você.

A partir das narrativas dos/as entrevistados/as a respeito desta pergunta, conseguiremos conhecer as percepções dos participantes das atividades sobre mudanças em sua vida a partir das práticas corporais.

Com as narrativas dos indivíduos, portanto, buscaremos responder as indagações que nossos objetivos específicos trazem.

Vamos usar uma análise qualitativa seguindo o passo a passo mencionado pelo Gil (2008) que se baseia em três etapas de Miles e Huberman (1994) que são: a Redução que caracteriza pela categorização a partir de uma seleção dos dados coletados, a Apresentação que é a organização e análise dos dados de forma abrangente, e a última é Conclusão/Verificação que consiste em verificar os dados várias vezes de forma a chegar em uma conclusão a respeito do problema pesquisado.

Vamos analisar as informações seguindo essas etapas buscando descrever as práticas corporais, identificar os afetos vividos durante essas práticas e conhecer as percepções de mudanças na vida dos participantes.

Terminando essa análise e fazendo o nosso relatório de pesquisa, pretendemos dar uma devolutiva junto aos participantes da associação através de uma roda de conversa, para apresentar os achados sobre os objetivos, como eles se sentiram ao participar deste projeto e o que eles têm a dizer sobre o nosso trabalho.

5.3 Cuidados Éticos na Pesquisa

A ética é o princípio de toda pesquisa, e a nossa será realizada com todo cuidado possível referente a isso. Para Glock e Goldim (2003) “A Ética é o estudo geral do que é bom ou mau, correto ou incorreto, justo ou injusto, adequado ou inadequado. Um dos objetivos da Ética é a busca de justificativas para as regras propostas pela Moral e pelo Direito”.

Sendo assim, nosso trabalho traçará caminhos onde todos os envolvidos não terão qualquer prejuízo pessoal e moral. Os participantes saberão todo o procedimento da pesquisa antes da decisão voluntária de participar ou não do

nosso projeto, ficará bem claro que suas informações serão mantidas em absoluto sigilo e que serão usadas somente na pesquisa resguardando seus anonimatos.

A realidade dessas pessoas muitas vezes é rodeada de preconceitos pela questão da deficiência, por isso, o 'capacitismo' será evitado de todo modo, pois como pesquisadores nos comprometemos a não reproduzir tipos de condutas que levem a qualquer forma de discriminação, seja no momento da aproximação, na entrevista, na análise ou em qualquer etapa que seja.

6. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Priscilla de Cesaro; SCHNEIDER, Maria Dênis. **Práticas corporais e a dimensão da sociabilidade: a experiência do subprojeto de pesquisa.**

In: José Luiz Cirqueira Falcão; Maria do Carmo Saraiva. (Org.). *Práticas Corporais no Contexto Contemporâneo: (in)tensas experiências*. Florianópolis: Copiarte, 2009, v. 1, p. 126-144.

AZEVÊDO, Paulo Henrique; BARROS, Jônatas de França. O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília - DF, v. 12, n.01, p. 77-83, 2004. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/546/570>. Acesso em: 5 de fev. de 2019.

BOAVENTURA, Roberta da Silva; CASTELLI, Michele de Souza; BARATA, Tatiana Cristina Rodrigues. Os benefícios da atividade física para pessoa com deficiência. **Omnia Saúde**, v.6, n.1, p.51-61, 2009. Disponível em: <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/07/BENEFICIOS-DAS-ATIVIDADES-FISICAS-PARA-OS-PORTADORES-DE-DEFICIENCIA.pdf>. Acesso em: 28 de dez. de 2018.

BRAGA, Mariana Moron Saes; SCHUMACHER, Aluisio Almeida. Direito e inclusão da pessoa com deficiência: uma análise orientada pela teoria do reconhecimento social de Axel Honneth. **Revista Sociedade e estado**. 2013, vol.28, n.2, pp.375-392. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v28n2/v28n2a10.pdf>. Acesso em: 26 de out. de 2018.

BRASIL, **Censo Escolar da Educação Básica 2016 Notas e Estatísticas**. Brasília, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf. Acesso em: 16 de fev. de 2019.

BRASIL, **Censo Escolar da Educação Básica 2018 Notas e Estatísticas**. Brasília, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf. Acesso em: 16 de fev. de 2019.

BRASIL. 2009. Decreto nº 6.949 de 26 de agosto de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 25 de out. de 2018.

BRASIL. Presidência da República; Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília: CORDE, 2007.

BRASIL.1981. **Ano Internacional das Pessoas com Deficiência.** Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002911.pdf>. Acesso em: 27 jan. de 2019.

BRASIL.2012.**Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência** / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. Acesso em: 25 de out. de 2018.

CORREA JUNIOR, Daniel Santos; PANDA, Maria Denise Justo; PERANZONI, Vaneza Cauduro. **A Educação Física Escolar Como Instrumento de Inclusão e de Construção de Aprendizagem no Ensino Fundamental.** In: XIV Seminário Internacional de Educação no Mercosul, XI Seminário Interinstitucional, II Curso de Práticas Socioculturais Interdisciplinares e I Encontro Estadual de Formação de Professores 'Conhecimento e Interdisciplinaridade', 2012, Cruz Alta/RS. **Seminário...**, Cruz Alta, 2012. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. Acesso em: 12 de fev. de 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Inclusão Social e Cidadania.** 32ª International Conference on Social Welfare. Brasília: 2006. Disponível em: http://www.icsw.org/images/docs/Events/2006_Brazil/17_07_PDF/vicente_faleiros.pdf. Acesso em: 8 de fev. de 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. - São Paulo :Atlas, 2008.

GLOCK, Rosana Soibelman; GOLDIM, José Roberto (2003). Ética profissional é compromisso social. **Mundo Jovem** (PUCRS, Porto Alegre), XLI (335),2-3. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/eticprof.htm>. Acesso em: 15 de mar. de 2019.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, 1995, v. 35, n. 2, p. 57-63. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em: 12 de mar. de 2019.

GUEDES, Denyse Moreira. A Importância da Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como Norma em Nossa Carta Magna. **Revista Leopoldianum**, 2012, n° 104/105/106, p.85-98. Disponível em: <http://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/download/465/426>. Acesso em: 17 de jan. de 2019.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Ânima Educação. Belo Horizonte, 2014.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/itapiuna/panorama>. Acesso em 15 de dez. de 2018.

LAZZAROTTI FILHO, Ari; SILVA, Ana Márcia; ANTUNES, Priscilla de Cesaro; Ana Paula Salles Silva; OLIVEIRA, Leite Jaciara. O termo Práticas Corporais na Literatura Científica Brasileira e sua Repercussão no Campo da Educação Física. **Movimento**, v. 16, p. 11-29, 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/download/9000/7513> . Acesso em: 20 de jan. de 2019.

LEVIN, Esteban. O corpo ajuda o aluno aprender. **Revista Nova Escola**, janeiro/fevereiro, 2005. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/896/esteban-levin-o-corpo-ajuda-o-aluno-a-aprender?download=true#> . Acesso em: 25 de fev. de 2019.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Terezinha Henn. **Inclusão & Educação**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. v. 1, 127p.

MARTINS, Débora Lourdes; RABELO, Ricardo José. Influência da atividade física adaptada na qualidade de vida de deficientes físicos. **Revista Movimentum**, v. 3, n. 2, 2008. Disponível em: https://www.unilestemg.br/movimentum/Artigos_V3N2_em_pdf/movimentum_v3_n2_martins_debora_rabelo_ricardo_2007.pdf. Acesso em: 5 de fev. de 2019.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 3265-3276, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n10/1413-8123-csc-21-10-3265.pdf>. Acesso em: 20 de mar. de 2019.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. História, deficiência e educação especial. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 15, p. 1-7, 2004. Disponível em: <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/09/INCLUS%C3%83O-DEFICENCIA-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 17 de jan. de 2019.

MOTA, Letizia de Oliveira. **Envelhecimento e Inclusão Social: o Projeto Agente Experiente**, 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Rio de Janeiro, 2007.

PPC- Projeto Pedagógico Curricular, **Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades**, Redenção, Ceará, 2016. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2011/11/Projeto-Pedag%C3%B3gico-Curricular-do-Curso-de-Bacharelado-em-Humanidades-Campi-Liberdade-e-Palmares.pdf>. Acesso em: 28 de dez. de 2018.

ROLIM, Amanda Alencar Machado; GUERRA, Siena Sales Freitas; TASSIGNY, Mônica Mota. Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil. **Revista Humanidades**, Fortaleza, v. 23, n. 2, p. 176-180, jul./dez. 2008. Disponível em: [http://brincarbrincando.pbworks.com/f/brincar%20_vygotsky.pdf](http://brincarbrincando.pbworks.com/f/brincar%20vygotsky.pdf). Acesso em: 28 de dez. de 2018.

SAHAGOFF, Ana Paula da Cunha. Pesquisa Narrativa: uma metodologia para compreender a experiência humana. In: XI Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação- SEPesq, 2015. **Anais...** Porto Alegre, 2015. v. XI. Disponível em: https://www.uniritter.edu.br/files/sepesq/arquivos_trabalhos/3612/879/1013.pdf. Acesso em: 12 de mar. de 2019.

SANTOS, Elias José Rodrigues Martins dos; BONACHELA, Marcelo. Inclusão social através do futebol. In: IX Mostra de Trabalhos Acadêmicos, 2015, Santos. **III Jornada de Iniciação Científica**. Santos: Unilus, 2015. Disponível em: <http://revista.unilus.edu.br/index.php/ruep/article/view/647/u2016v13n30e647>. Acesso em: 27 de jan. de 2018.

SILVA, Ana Márcia; MEDEIROS, Francisco Emílio de; LAZZAROTTI FILHO, Ari; SILVA, Ana Paula Salles; ANTUNES, Priscilla de Cesaro; LEITE, Jaciara Oliveira. **Corpo e Experiência: Para Pensar as Práticas Corporais**. In: José Luiz Cirqueira Falcão; Maria do Carmo Saraiva. (Org.). Práticas Corporais no Contexto Contemporâneo: (In)Tensas Relações. 1ed. Tubarão/SC: Copiart Editora, 2009, v. 01, p. 10-27.

SILVA, Emerson Limeira; RODRIGUES, Graciele Massoli. O acesso ao esporte para crianças e adolescentes com deficiência: da acessibilidade aos programas públicos. In: XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2009, Salvador. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte**, 2009. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2009/XVI/paper/viewFile/1097/646>. Acesso em: 12 de fev. de 2019.

TREVISAM, Elisaide; DICHER, Marilu. **A Jornada Histórica da Pessoa com Deficiência: inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana**. In: CONPEDI. (Org.). *Direito Internacional dos Direitos Humanos*. 1ed. João Pessoa: CONPEDI, 2015, v. 1, p. 254-276. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=572f88dee7e2502b>. Acesso em: 18 de jan. de 2019.